

Marilene dos Santos Padilha

PONTOS DE CULTURA: UMA REDE CONSOLIDADA

**CELACC\ECA-USP
2010**

Marilene dos Santos Padilha ¹

PONTOS DE CULTURA: UMA REDE CONSOLIDADA

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos produzido sob a orientação da Prof^a. Maria Bernardete Toneto

**CELACC\ECA-USP
2010**

¹ Graduada em Comunicação Social PUC/RS. Fez trabalhos como produtora e editora na RBS TV, de Porto Alegre, RS, em Salvador-Ba na Rádio Cristal AM, afiliada da Jovem Pan, na TV Bandeirantes local. Desde 1997, reside em São Paulo e trabalha como produtora e editora em diversas produtoras de vídeo.

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram para

que este trabalho fosse possível e em especial a:

Profª Maria Bernardete Toneto

Luiz Carlos Pozo

Eva Padilha e Família

Pontos de Cultura Grão de Luz e Griôs e Cultura de Paz

Resumo: O uso de redes sociais para a construção de políticas públicas é uma novidade aqui Brasil e no mundo. Este artigo pretende entender a formação atual dos Movimentos Sociais junto a do Estado na transição para a organização em rede, dando ênfase as políticas públicas culturais atualmente vigentes no Brasil. O estudo tem como foco os Pontos de Cultura, principal ação do Programa Cultura Viva, que fazem hoje dois movimentos articulados em direção a uma reorganização social. No primeiro movimento, o de territorialidade, acontece um mapeamento das relações entre os Pontos no espaço onde vivem; e o segundo movimento, os Pontos de Cultura têm utilizado as novas tecnologias da informação para se inserir no ciberespaço, difundindo a cultura brasileira cada vez mais.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pontos de Cultura. Territorialidade. ciberespaço.

Resumen: El uso de las redes sociales para la construcción de políticas públicas es una novedad en Brasil y en todo el mundo. Este artículo tiene como objetivo entender la formación actual de los Movimientos Sociales del Estado en la transición a la organización de la red, haciendo hincapié en las políticas públicas culturales vigentes en Brasil. El estudio se centra en los Puntos de Cultura, la acción principal de la Cultura Viva, que hoy son dos movimientos articulados hacia la reorganización social. En el primer movimiento de territorialidad, que pasa un mapeo de las relaciones entre los puntos en el espacio donde viven, y en el segundo movimiento, se muestra cómo los puntos de Cultura han utilizado las nuevas tecnologías para introducir la información en el ciberespacio, difusión de la cultura brasileña cada vez más.

Palabras clave: políticas públicas. Puntos de Cultura. Territorialidad. El ciberespacio.

Summary: The use of social networks for the construction of public policies is a novelty here in Brazil and worldwide. This article aims to understand the current lineup of Social Movements from the state in the transition to network organization, emphasizing the cultural public policies currently in force in Brazil. The study focuses on the Culture Points, the main action of the Living Culture, which today are two articulated movements toward social reorganization. In the first movement, territoriality, it happens a mapping of relations between points in space where they live, and the second movement, we show how the Culture Points have used new technologies to enter the information in cyberspace, increasingly spreading Brazilian culture.

Keywords: Public policy. Points of Culture. Territoriality. Cyberspace.

SUMÁRIO

Resumo	4
1. Introdução	6
2. Pontos de Cultura: Uma Política Pública	7
3. Pontos em rede: Territorialidade	9
4. Pontos em rede: Ciberespaço	13
5. Considerações finais	16
6. Referências Bibliográficas.....	17
7. Anexos	
7.1 Portaria 156/2004 – Ministério da Cultura.....	19
7.2 Decretos 6226/2007 – Presidência da República.....	20
7.3 Entrevistas: Saullo Farias, Robson Sampaio, Verônica Negrini.....	26

1. Introdução

No campo das políticas públicas, nosso olhar se volta aos Pontos de Cultura, que hoje unem todo o movimento social brasileiro numa única direção, a formação de uma rede social, entre instituições e pessoas interessadas na constituição compartilhada, colaborativa e democrática para representar a diversidade cultural brasileira. Para entender como os Pontos de Cultura estão consolidando essa rede social, tanto em seu território como no ciberespaço, vamos analisar a implantação do Programa Cultura Viva e a atuação dos Pontos de Cultura, enquanto agentes de transformação social.

O conceito de rede transformou-se, nas últimas duas décadas, em uma alternativa prática de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização. Nesse sentido, este artigo tem como embasamento teórico o geógrafo Milton Santos, o Sociólogo Manuel Castells, o filósofo Pierre Lévy, o historiador Célio Turino e outros pensadores que têm produzido trabalhos relevantes e tem influenciado os estudos sobre redes sociais e políticas públicas. Apresenta também, em anexo, entrevistas com atores sociais dos Pontos de Cultura que contribuíram na obtenção de informações que não são encontradas em textos, ampliando assim uma melhor contextualização sobre o trabalho.

Construir uma rede social por meio dos Pontos de Cultura para mostrar à diversidade cultural brasileira era a proposta efetiva do Programa Cultura Viva. Enquanto gestores da cultura brasileira, os Pontos também vislumbraram a formação de uma rede social ao perceber que o Cultura Viva, do Ministério da Cultura, apresentava uma proposta inovadora. O Programa indicaria as diretrizes e fomentaria com recursos os Pontos de Cultura, pensando as novas tecnologias junto com a questão da cultura brasileira. Ou seja, já integrando tecnologia e cultura, que quase nunca na nossa sociedade foram pensadas junto. Antes de entendermos a necessidade dos Pontos de Cultura de se reorganizar a partir de dois momentos articulados: um no território e o outro no ciberespaço, será visto como os Pontos de Cultura estão relacionados a mecanismos de identificação e aceitação em relação à atual política pública.

2. Pontos de Cultura: Uma Política Pública

Durante anos alijados de uma política pública, hoje os Pontos de Cultura seguem as diretrizes de uma política pública de incentivo que começou durante o governo Luís Ignácio Lula da Silva (2003-2010), com a atuação de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, MinC – posteriormente substituído por Juca Ferreira, em 2008. Nesse período, o entendimento de cultura foi ampliado. Adotou-se o conceito antropológico que se acerta ao reconhecer que todo indivíduo produz cultura – que todo ser humano é neste sentido um intelectual, como diria Gramsci. Os recursos para essa política pública são obtidos pelo Fundo Nacional de Cultura que tornou possível o lançamento de uma série de editais com incentivo direto ao proponente que colocava em prática sua proposta.

É nesse contexto que surge o Programa Cultura Viva, como uma política de governo. Constituído para articular ações transversais dentro do Governo e dialogar com a sociedade civil, o “Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e tem como base de articulação o Ponto de Cultura, que se articula com atores pré-existentes”, afirma Célio Turino, responsável pela implantação do Programa em todo país.

Desde o início da ação Pontos de Cultura, seus idealizadores já sabiam que iriam articular uma rede social no campo da cultura. Em 2004, Célio Turino foi convidado para administrar a Secretaria de Cidadania Cultural – SCC. No dia 6 de julho de 2004, por meio de uma Portaria nº. 156, o MinC cria o Programa Nacional de Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Turino diz que o “papel da gestão do Programa Cultura Viva é aproximar esses Pontos, “desescondê-los”, conectá-los em rede, auxiliá-los na descoberta de sua essência, quebrar hierarquias, construir novas legitimidades, urdir a rede”.

Pontos são conjuntos de uma rede. Elementos que podem ser vistos isolados, como ponto de um conjunto que se subdivide em outros pontos. Esses mesmos elementos isolados, quando somados, multiplicados ou potencializados podem formar novos conjuntos. Conjuntos que formam um sistema. E quando o sistema pulsa, forma-se um sistema vivo. Este é o conceito de rede que exercitamos com os Pontos de Cultura. As múltiplas formas se aproximando de uma só: a potência humana, a capacidade de transformar, de agir. Essa é a essência da rede Cultura Viva. (TURINO 2009, pag. 176)

Os Pontos de Cultura são organizações da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Eles agregam agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas

comunidades e destas entre si. O Ponto de cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade e são selecionados por Edital Público. Conveniado, o Ponto de Cultura recebe R\$ 180 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor de R\$ 20 mil reais, é utilizada para aquisição de kit multimídia e conexão por internet banda larga, obrigatório em todos os Pontos. Outro aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade.

A Rede de Pontos de Cultura ganhou mais nós com a adesão de outro Programa por parte do Governo Federal. Criado em 2007 pelo MinC através do Decreto Lei 6.226, com o intuito de promover a inclusão social por meio da cultura, o Mais cultura é executado pela Secretaria de Articulação Institucional que integra 14 ações, entre elas o Ponto de Cultura².

O Cultura Viva através de cada Ponto de Cultura, espalhado em todo o país, aproxima diversos movimentos da sociedade que compõem a atual rede social³. Todos os movimentos que sempre foram comumente excluídos das políticas públicas, agora são Pontos de Cultura, e passam a se sentir valorizados novamente.

“Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo desenvolvida com autonomia, empoderamento e protagonismo social” (TURINO, Célio 2005, pag. 64).

²Desde 2008, o número de Pontos aumentou de 800 para 2500. A crescente no número de convênios de Pontos de Cultura com o Programa Mais Cultura deve-se principalmente à política de descentralização implantada pelo MinC, que delega aos Estados a responsabilidade de gerenciar suas próprias redes de Pontos. Os dois programas desenvolvem a ação de Pontos de Cultura. Citarei apenas o Cultura Viva.

³Tanto os tradicionais como os sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis; como também os “novos” movimentos sociais - hip hop, ambientalismo, cooperativas e rádios comunitárias, movimentos identitário- mulheres, negros, homossexuais. Há ainda as ONGs com foco temático territorial ou de público. Fazem parte também da atual rede social os Grupos Culturais, como as organizações de comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais e populares, escola de samba, maracatus, cirandas, quadrilhas, capoeiras, ou manifestações de caráter cultural/religioso.

Ao aproximar pessoas e Pontos, antes isolados, promove-se o desenvolvimento que é potencializado pelo entrelaçamento em conjuntos. Segundo Turino, Pontos aparentemente díspares, com diferentes temáticas, linguagem, público ou território, ao entrelaçarem-se, criam “*zonas de desenvolvimento por aproximação*”. Isso faz com que um Ponto de Cultura com ênfase em gênero influencie um outro de cultura popular, mesmo sem que tenham um contato direto entre si. Segundo Turino (2005, p. 179) “o Cultura Viva funciona como um ecossistema. O Ponto de Cultura seria uma microrrede, atuando no território e articulando diferentes agentes. O Cultura Viva seria a macrorrede. Entre eles, as mesorredes, as ações”. A rede aumentou e os programas do MINC hoje trabalham com um conceito ampliado e integrado de Cultura⁴.

Nos últimos seis anos, este movimento se (re) conheceu, se encontrou e se fortaleceu. Os Pontos de Cultura apontam para o surgimento de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Reconhecem a necessidade da mobilização organizada da sociedade para criação de novos marcos legais em que o Estado, ao invés de impor, dispõe as condições e os meios para o exercício da cidadania. Criou-se uma possibilidade de se ampliar e potencializar o trabalho de democratização que entidades socioculturais já desenvolviam em todo o país, ampliando e potencializando estas ações, articulando estas iniciativas em rede.

3. Pontos em rede: territorialidade

Característica da contemporaneidade, sustentada em Castells (2009) quando entende que nesse mundo globalizado e de mudanças drásticas, a busca da identidade é tão poderosa quanto às transformações tecnológicas e econômicas. Assim as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais e nacionais. No movimento de territorialidade, a rede de Pontos de Cultura é formada por instituições com tradições locais, com traços culturais capazes de marcar a *diferença* entre os povos e o sentimento de pertença destes aos seus territórios de origem, bem como impulsionar uma produção simbólica que os possibilite acumular capitais cultural, social e econômico.

⁴As ações do Cultura Viva e do Mais Cultura são: Ponto de Cultura, Pontinho de Cultura, Pontões, Cultura digital, Agente Cultura Viva, Ação Griô, Escola Viva, Cultura e Saúde, Pontos de Mídia Livre, Meios de Difusão, Ponto de Memória, Pontos de Exibição Audiovisual, Pontos de leitura, Pontos de Cultura no Exterior. Tem também os Prêmios Cultura Viva, que é uma forma de fazer um mapeamento, indo além dos grupos já conhecidos que são: Asas Cultura Viva 2010, Cultura Digital, Pontos de Mídia Livre, Cultura e Saúde, Pontinhos de Cultura, Prêmio Areté, Cultura Sem Fim 2010 (Tuxuáua), Ponto de Valor, Histórias de Pontos de Cultura, Interações Estéticas (Resistências Artísticas em Pontos de Cultura) e Economia Viva.

A ação Pontos de Cultura é uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras da cultura brasileira. Essa rede começou a se consolidar a partir do convênio assinado entre governo e proponentes. Inicia-se assim a gestão dos Pontos de Cultura, definindo responsabilidades (acesso público ao Ponto, trabalho colaborativo, compartilhamento de decisões com a comunidade) e direitos (regularidade no repasse de recursos, acompanhamento e capacitação, acesso público aos bens e serviços adquiridos com os recursos repassados, etc.).

Durante o processo de implantação do Programa e acompanhamento dos Pontos há uma tensão. De um lado, os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. Para passar por esse processo, as instituições têm de ter CNPJ, existir há mais de dois anos e desenvolver projetos comunitários, através de manifestações e ações na área cultural.

Para consolidar a Rede de Pontos de Cultura, foram realizados encontros presenciais dos funcionários do Cultura Viva com os Pontos e dos Pontos entre si. Com isso, os Pontos de Cultura foram se percebendo enquanto movimento e se fortalecendo. Veja, por exemplo, a formação da Rede da ação Pontos de Cultura Griôs. Cultura milenar, que começou a se organizar aqui no país em 1993. Fruto de um projeto sócio-educacional e cultural desenvolvido pela Organização Não Governamental Grãos de Luz e Griô, localizada na Bahia, o projeto propõe a união entre os saberes de tradição oral, dialogando com a educação formal, numa grande Roda da Vida e das Idades, onde todos aprendem brincando e cantando as tradições culturais que permeiam a formação miscigenada do povo brasileiro.

Antes de virar uma ação dentro do Programa Cultura Viva, o Grãos de Luz e Griô tornaram-se um Ponto de Cultura. Quando passam a integrar o Programa como uma das ações culturais prioritárias, tornam-se um Pontão de Cultura, abrindo edital público para Pontos de Cultura e Organizações Não Governamentais com projetos de tradição oral em todo território brasileiro. Em 2006, a coordenação do projeto propôs ao Ministério a Ação Griô Nacional, que articula redes, entidades e grupos de educação e cultura de todo o País. No primeiro edital em 2007, 50 projetos foram selecionados iniciando a rede da Ação Griô. Em 2009, esta se amplia com um novo edital, englobando mais Estados. Atualmente os projetos se dividem em sete regionais com seus respectivos Estados: Regional Bahia, com 21 projetos; Regional Ventre do Sol (AL, PE, PB, SE e RN), com 24 projetos; Regional Nascente das Veredas (DF, ES, GO, MG, MT, MS), com 15 projetos; Regional

das Águas (CE, MA, TO, PI), com 22 projetos; Regional Amazônica (Estados do PA, AM, RR, AC, RO), com 11 projetos; Regional Rio (RJ), com 14 projetos; Regional da Terra (RS, SC, PR e SP), com 24 projetos. Com a ampliação da rede, a gestão continua compartilhada, porém descentralizada. As sete regionais preparam projetos de captação de recursos para realizar seus encontros, caminhadas, elaboração de materiais didáticos, frutos destas caminhadas, e formação de educadores dentro da pedagogia griô. O Ministério da Cultura responsabiliza-se pelo pagamento das bolsas de incentivo aos mestres griôs e griôs aprendizes, enquanto as regionais encarregam-se de planejar e realizar a continuidade da ação.

Hoje, ação Griô é uma rede com 130 Pontos de Cultura, envolvendo mais de 750 griôs e mestres de tradição oral do Brasil, 600 escolas, universidades e outras entidades de educação e cultura. Atualmente, a Ação Griô Nacional é coordenada pelo Grãos de Luz e Griô, o Ministério da Cultura e mais sete Pontões de Cultura regionais.

A ação Griô Nacional é um exemplo de como a rede de Pontos de Cultura está formada em todo o país. Cada uma com a sua temática, sua estrutura, sua essência. Célio Turino diz que “quanto mais articulações e redes houver, mais sustentável será o processo de empoderamento social desencadeado pelo Ponto de Cultura. Com essa equação percebe-se que um Ponto de Cultura só se realiza plenamente quando articulado em rede.” (Turino, pag. 66).

O trabalho foi lento, mas, hoje, depois de seis anos, existem no país 3.393 Pontos de Cultura espalhados por 1.122 municípios brasileiros. Eles articulam e impulsionam ações em rede, as mais diversas, com envolvimento direto da comunidade local, atendendo a um público direto de cerca de oito milhões de pessoas, segundo dados recentes e consistentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A mudança que ocorreu nas relações entre os Pontos de Cultura e a comunidade local se reflete nas relações entre os Pontos e Poder público.

Como disse o ex-ministro Gilberto Gil em seu discurso de posse em janeiro de 2003, este desejo de ampliar espaços democráticos na cultura já se fazia presente “... clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país”.

O Movimento de territorialidade da cultura ainda está sendo mapeado, porém agora pelos próprios Pontos de Cultura que continuam formando os nós da Rede.

O protagonismo dos Pontos de Cultura não está limitado à arte ou às manifestações culturais dos diversos grupos. A construção dos Pontos como sujeito envolve um complexo maior de ações e diálogos no interior do território, buscando outras participações e políticas que não as estritamente culturais. Muitos Pontos de Cultura atuam em rede e trabalham um conjunto de direitos sobre a moradia, mobilidade urbana, saúde, educação, meios de comunicação, Cultura de Paz e ações contra a violência ou pela liberdade de manifestações e expressões nos lugares públicos. Alargar o raio de atuação da cultura, adentrando os valores e diálogos e intervenções mais amplas no território, tem caracterizado hoje os Pontos de Cultura nesse processo de “culturalização do país”.

Assim a rede de Pontos de Cultura se multiplica, se potencializa, além de uma política pública. Dois anos depois do início do Programa Cultura Viva, foi organizada a primeira TEIA Brasil, o Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, que hoje já está em sua terceira edição. Na TEIA, os Pontos puderam se ver pela primeira vez como movimento social unificado, sem distinção. Com suas ferramentas, objetivas e sensíveis, os Pontos se colocam em ação para repensar legislações e formas de expressão e organização. Em seguida foram organizados a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, palestras, mesas coordenadas, grupos de discussão por segmentos e linguagens⁵ e apresentações artísticas. Em todas essas ações, foi discutida a diversidade cultural brasileira e os melhores rumos para o movimento da Rede de Pontos de Cultura.

Potencializar as redes é condição sine qua non para a existência dos Pontos. É na relação com o outro que se dá o “desenvolvimento por aproximação” e a interculturalidade proposta pelo Programa Cultura Viva. Essa proposta se viabiliza pela ação em redes. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e as Comissões Estaduais têm fortalecido as redes nacionais e locais e as Teias nacional, estadual e regional. A Teia tem demonstrado ser lugar fundamental de trocas e de articulação política e cultural do Programa, o que tem proporcionado articulação e intercâmbio entre os Pontos.

⁵ Grupos de trabalho de LBGT, Matriz Africana, Cultura da Paz, Juventude, Grupo Amazônico, Estudantes, Audiovisual, Patrimônio Material e Imaterial, Rádios Comunitárias, Hip Hop, Economia Solidária, Artes Cênicas, Crianças e Adolescentes, Literatura Livro e leitura, Música, Gêneros, Ribeirinhos, Culturas Tradicionais e Indígenas, Rede da Terra, Ação Griô, Escola Viva, Rede Digital, Legislação, Sustentabilidade e Pontões e Articulação e Rede.

Em cada Estado e região do Brasil, o movimento da rede Pontos de Cultura vem tomando forma, cada um com o seu processo. Alguns promovendo encontros, realizando eventos artísticos, criando seus Fóruns Estaduais e Regionais. Não se teve um modelo pronto e aplicado de cima para baixo. As relações foram se estabelecendo de maneiras variadas. Desde o ano de 2006, os 27 Estados da Federação, divididos em nove regionais, fazem seus encontros presenciais, onde dialogam e debatem os avanços e os problemas do Programa Cultura Viva.

A demanda pela comunicação em rede sempre existiu. Desde o sistema de cartas, telefone e agora a Internet. Todavia, articular os dois espaços, enfatiza Pierre Lévy, não consiste em eliminar as formas territoriais para substituí-las por um de funcionamento ciberespacial.

4. Pontos em rede: ciberespaço

O segundo movimento para formar a Rede de Pontos de Cultura é o de (LÉVY, 2000) ciberespaço⁶, que também é chamado de Rede. Surge o conceito de *desterritorialização*, em que os limites entre locais, bem como o tempo de acesso a eles, se tornam mais relativos, comprimido há segundos, no caso da *internet*.

Para entrar no ciberespaço cabe lembrar que os Pontos de Cultura têm seu embrião no Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Portanto, depois de conveniados, cada instituição recebe R\$ 20 mil para comprar um kit multimídia, composto de mesa de dois canais de áudio, filmadora, gravador e dois computadores, que funcionam como ilha de edição. A instalação do estúdio multimídia é acompanhada de um programa de capacitação composta por oficinas de software livre e cultura digital, instrumentalizando os membros dos Pontos de Cultura para a utilização de tecnologias na produção, registro e veiculação de seus conteúdos culturais em suporte digitais. Através da troca de informações pela internet e da articulação com suas comunidades, os pontos podem atuar efetivamente como uma rede social de trocas e intercâmbios culturais.

⁶ “É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.”

Inserido numa política pública, os Pontos de Cultura souberam aproveitar sobremaneira o surgimento das novas tecnologias e ferramentas tecnológicas associadas à arte e à cultura. O rádio, o cinema (em vídeo) e a música foram três setores que imediatamente se beneficiaram desses equipamentos. Os kits de Cultura Digital fornecidos pelo Programa Cultura Viva têm potencializado a expressão artística, entregando aos operadores culturais e artistas os meios de produção que até o século passado estavam nas mãos da indústria cultural.

A possibilidade do registro audiovisual trouxe visibilidade também para dezenas de manifestações que se encontravam abaixo da linha da mídia tradicional, embora com fortes laços nas comunidades onde atuam. É o caso, por exemplo, dos Griôs e os grupos de Capoeira, já tradicionais em todo país, alguns deles com origem nos anos 60, em dezenas de núcleos, reunindo milhares de praticantes. Também se utilizam das novas tecnologias da informação e comunicação, as TICs, as Comunidades de Terreiro, algumas com reconhecimento internacional, e os grupos ditos de Culturas Populares, que preservam o Jongo, a Folia de Reis e dezenas de manifestações populares tradicionais.

Os Pontos de Cultura são pequenas mídias que anunciam conteúdos na localidade. Aumentam seu raio de ação ao trabalhar em rede ou potencializar sua informação através de novas tecnologias. De um lado, tem uma ação Presencial frente a públicos diversos. De outro, alcança segmentos da diversidade através de suas ações. A combinação das tecnologias de aprendizagem e convivência com as tecnologias de comunicação e informação dão um sentido vivo e peculiar aos Pontos de Cultura como pontos de comunicação com o território. Comunicação online, rádios comunitárias, blogs e sites, filmes, participação na TV povoam o universo comunicacional e combina-se com a comunicação direta com a comunidade e nas manifestações locais.

Em relação à internet, vem ocorrendo diversas conversas na rede de Pontos de Cultura em torno de “como” e do “porquê” uma plataforma web resolveria mil e um problemas, agregaria mil e um valores, traria fortalecimento e entrelaçaria ações importantes nessa trama que se constrói a cada dia. Para Pierre Lévy, o problema do “acesso para todos” não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade.

“É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. Os novos instrumentos deveriam servir prioritariamente para valorizar a cultura, as competências, os recursos e os projetos locais, para ajudar as pessoas a participar de coletivos de ajuda mútua, de grupos de aprendizagem cooperativa etc. Em outras palavras, na perspectiva da cibercultura assim como nas abordagens mais clássicas, as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos. (LÉVY, Pierre, 1999, pag. 238)

Em busca dessa autonomia os Pontos de Cultura já fazem encontros para se organizarem no ciberespaço. Espaço este que se apresenta, segundo Pierre Lévy, como um “acontecimento que transforma, efetivamente, as condições de vida em sociedade”, pois se trata de um universo indeterminado e tende a manter sua indeterminação, porque cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta.

Rumo à integração e interconexão, ao estabelecimento de sistemas cada vez mais interdependentes, a rede social Ponto por Ponto, desenvolvida pelo Pontão de Cultura Instituto Paulo Freire, realizou a Oficina de Comunicadores Culturais em 2009, em Fortaleza no Ceará, com o apoio do prêmio Areté Cultura Viva – Eventos em Rede da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura. Lá estavam presentes 30 Comunicadores Culturais que são os responsáveis por divulgar as ações além dos limites dos seus Pontos, contribuindo para garantir a visibilidade e a consolidação do trabalho cultural. Apesar de nenhum dos participantes ter formação na área de comunicação, eles queriam entender como cada um contribuía para o desenvolvimento da sua organização e quais eram as principais ferramentas de comunicação utilizadas pelo seu Ponto de Cultura. O objetivo dessa dinâmica era mostrar pontos em comum e estratégias utilizadas pelos Pontos. Era entender qual a importância da atuação dos comunicadores em seus Pontos, além de exercitar a prática de algumas ações no âmbito da comunicação, tendo em vista a democratização dos acessos aos direitos humanos, à comunicação e à cultura. Todas essas implicações culturais do desenvolvimento do ciberespaço, esboça (LÉVY, 2000) o “retrato da cibercultura”: a nova forma de universalidade que inventa, o movimento social

que a faz crescer, seus gêneros artísticos e musicais, as perturbações que suscita na relação do saber, as reformas educacionais que ela pede, sua contribuição para o urbanismo e o pensamento da cidade, as questões que coloca para a filosofia política.

5. Consideração Final

Enfim, se nos anos 60 o movimento estudantil revolucionou, nos anos 80 foi o movimento sindical. Nos anos 90, foram as minorias organizadas e, nos anos 2000, é a vez dos Pontos de Cultura, os legítimos gestores da cultura brasileira. Eles não atuam mais isoladamente. Hoje, eles são uma rede consolidada que articula, recepciona e dissemina a diversidade cultural, a democracia e a cidadania em todos os espaços.

No entanto, ainda existem muitos desafios para uma comunicação em rede efetiva e organizada dos Pontos de Cultura. Em relação ao Programa Cultura Viva, a gestão ainda é lenta, burocrática e insuficiente. Os funcionários do programa são poucos em relação à quantidade de Pontos, a burocracia ainda não está formada para o processo vital desencadeado pelos Pontos, a interculturalidade e a transversalidade no programa ainda são pequenas; os diálogos com outros programas do MinC ainda são segmentados. Por parte do MinC, ainda há uma compreensão limitada da grandeza e das implicações da proposta, como política de Estado. Falta criar marco legal que garanta os Pontos de Cultura e os Griôs como lei e não apenas como programa de governo.

Embora os Pontos recebam o Kit digital, grande parte ainda não sabe operar, o que implica em criar condições tanto de infraestrutura como de capacitação. No entanto, se confirma que dar voz aos seus atores sociais é, sem dúvida, um método eficaz na análise da importância, da adequação e das correções nos rumos das políticas públicas culturais implantadas. E ainda identificar como toma forma um movimento a partir de uma ideologia que une indivíduos heterogêneos, de grupos diferentes, porém unidos em um mesmo interesse, consolidar uma rede social da cultura nacional brasileira.

O que se conclui é que existe de fato a necessidade de multiplicar os espaços de participação, sejam estes de natureza territorial ou ciberespacial. Mais que isso, tais espaços devem servir aos ideais de luta a favor de uma polifonia que traga à tona os mais variados discursos, para redefini-los num exercício da cidadania, considerada enquanto recurso para o desenvolvimento e a consolidação da rede de Pontos de Cultura.

6. Referências Bibliográficas

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999^a.

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 - **Cultura e Sociedade no Brasil ensaio sobre ideias e formas** - 3^a ver. E ampliada – Rio de Janeiro DP&A, 2005.

FEIJÓ, Martin Cezar - **O que é Política Cultural** – Editora Brasiliense.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes - **O que é Cidadania** – Editora Brasiliense. 1991

REIS, Ana Carla Fonseca – **Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o Caleidoscópio da Cultura** - Barueri, SP. Manole, 2007

SANTOS, Milton, **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** /Milton Santos 3^a edição Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____, Milton, **A Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 308.

PACHECO, LÍlian & CAIRES, Márcio. *Nação Griô. O Parto Mítico da Identidade do Povo Brasileiro. Grãos de Luz e Griô*. Lençóis, BA, 2009.

TURINO, Célio - **Ponto de Cultura – O Brasil de Baixo para Cima** – Editora Anita Garibaldi. 2009

T. S. Eliot - **Uma nota sobre Cultura e Política** in Notas para uma definição de Cultura – Editora Perspectiva

Informações retiradas da internet:

Mapa da Rede-Pontos de Cultura no Brasil. Disponível em:

<<http://culturaviva.utopia.com.br/pontos/>>

Edital_2005. Disponível em

<www.cultura.gov.br/site/wp.../sppc_pontosculturagovernos-2005_edital.pdf>

Manual de Prestações de Contas. Disponível em <www.cultura.gov.br/cultura.../manual-de-prestacao-de-contas.pdf>

IPEA-Pesquisa_Política Sociais, acompanhamento e análise – Fev 2006. Disponível em

<www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps.../08_cultura.pdf>

Discurso Ministro Gilberto Gil – 2 de janeiro de 2003. Disponível em

<<http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>> 45>

Veja a reunião que esta rolando da Comissão Nacional de Pontos de Cultura:

http://www.comissao.pontosdecultura.org.br/?altcast_code=1c58f170f4, começou hoje e vai ate dia 28, depois respondo a suas perguntas, estou colocando em dia aqui minhas tarefas...

Para quem ainda não leu a carta de Pirenópolis, aqui vai o link <http://miud.in/jkk>, da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, o encontro se realizou em novembro.

AÇÃO GRIÔ. Programa Cultura Viva – Ministério da Cultura. www.cultura.gov.br

7. Anexos

7.1 Portaria Nº 156, de 06 de julho de 2004 – Ministério da Cultura

Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de O Ministro de Estado da Cultura Interino, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

Art. 2º - O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação.

Art. 3º - O Programa CULTURA VIVA se destina à populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e

Art. 4º - A execução do Programa se procederá mediante editais convidando organizações não governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo.

Art. 5º - Os recursos para implementação das ações do Programa serão advindos da Lei Orçamentária e de parcerias agregadas ao Programa.

Parágrafo Único - Ao Ministério da Cultura caberá o repasse de recursos em espécie, como também sob a forma de kits de cultura digital às organizações selecionadas.

Art. 6º - A coordenação das ações do Programa será objeto de competência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Dia 7 de julho de 2004

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

7.2 Presidência da República Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Institui o Programa Mais Cultura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, Art. 1º Fica instituído o Programa Mais Cultura, com os seguintes objetivos:

I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;

II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e

III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

Art. 2º O Programa Mais Cultura compreenderá ações voltadas:

I - à democratização do acesso a bens e serviços culturais;

II - ao fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos sócio-culturais de incorporação de populações excluídas e vulneráveis;

III - ao fortalecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida de populações tradicionais;

IV - à disseminação de valores democráticos, republicanos e solidários, de justiça social, da cultura e da paz;

V - à promoção dos direitos culturais assegurados pela Constituição, respeitando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural;

VI - à qualificação do ambiente social e cultural das cidades e do meio rural;

VII - à valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;

VIII - à incorporação de jovens ao mundo do trabalho cultural;

IX - à capacitação e valorização de trabalhadores da cultura;

X - ao desenvolvimento da habilidade e do gosto pela leitura e pela escrita;

XI - à promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão cultural; e

XII - ao fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para empreendimento, planejamento e gestão de micro, pequenos e médios negócios na área cultural.

Art. 3º O Programa Mais Cultura alcançará as áreas situadas nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, prioritariamente com índices significativos de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de baixo desenvolvimento.

Parágrafo único. As regiões do Semiárido e do São Francisco são, para fins deste artigo, prioritárias.

Art. 4º Para fins de execução do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura firmará convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como estabelecerá parcerias com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação pertinente, podendo, inclusive, utilizar-se dos mecanismos previstos na [Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991](#).

Art. 5º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Cultura, Câmara Técnica com a finalidade de propor e articular ações intersetoriais para o desenvolvimento do Programa Mais Cultura.

§ 1º A Câmara Técnica será integrada por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

- I - Ministério da Cultura, que a presidirá;
- II - Ministério da Educação;
- III - Ministério do Trabalho e Emprego;
- IV - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- V - Ministério da Justiça;
- VI - Ministério das Cidades;
- VII - Ministério da Saúde;
- VIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- IX - Ministério do Meio Ambiente;
- X - Ministério da Integração Nacional;

XI - Casa Civil da Presidência da República;

XII - Secretaria-Geral da Presidência da República;

XIII - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

XIV - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e

XV - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

XVI - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.630, de 2008\)](#)

~~§ 2º O Ministério da Cultura será representado por seu Secretário Executivo, e os demais membros e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados em portaria do Ministro de Estado da Cultura.~~

§ 2º O Ministério da Cultura será representado por seu Ministro de Estado, e os demais membros e respectivos suplentes indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados em portaria do Ministro de Estado da Cultura. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.630, de 2008\)](#)

§ 3º A Câmara Técnica reunir-se-á mediante convocação de seu Presidente.

§ 4º A Câmara Técnica poderá convidar a participar de suas reuniões representantes de outros órgãos, de instituições públicas e da sociedade civil, bem como especialistas, para prestarem informações e emitirem pareceres.

§ 5º A Câmara Técnica poderá sugerir ao Ministro de Estado da Cultura a constituição de grupos de trabalho temáticos, com a finalidade de atender a demandas específicas e recomendar a adoção de medidas necessárias à implementação de suas proposições.

§ 6º A Câmara Técnica apresentará relatórios anuais de avaliação do Programa Mais Cultura ao Ministro de Estado da Cultura.

Art. 6º O Ministro de Estado da Cultura designará Comitê Executivo, no âmbito do respectivo Ministério, responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa Mais Cultura.

~~Parágrafo único. O Comitê Executivo será presidido pelo Secretário Executivo do Ministério da Cultura.~~

§ 1º O Comitê Executivo será presidido pelo Ministro de Estado da Cultura. [Incluído pelo Decreto nº 6.630, de 2008](#)

§ 2º A Coordenação-Executiva do programa ficará a cargo da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. [Incluído pelo Decreto nº 6.630, de 2008](#)

Art. 7º A participação na Câmara Técnica, no Comitê Executivo e nos grupos de trabalho constituídos será considerada prestação de serviços relevantes, não remunerada.

Art. 8º Ao Ministério da Cultura caberá prover apoio técnico-administrativo e os meios necessários às atividades da Câmara Técnica, do Comitê Executivo e dos grupos de trabalho.

Art. 9º O acompanhamento do Programa Mais Cultura será realizado pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura.

Art. 10. O Ministro de Estado da Cultura disciplinará os procedimentos técnicos para o monitoramento, avaliação e fiscalização das ações do Programa Mais Cultura.

Art. 11. O Ministério da Cultura, a Câmara Técnica e o CNPC promoverão o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social e de participação da sociedade civil na implementação, acompanhamento, fiscalização, avaliação dos projetos e ações do Programa Mais Cultura.

Parágrafo único. O poder público local poderá designar conselhos já constituídos, preferencialmente com atuação na área cultural, para acompanhar e fiscalizar a implementação do Programa Mais Cultura.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Cultura.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de outubro de 2007; 186^o da Independência e 119^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.10.2007.

7.3 Entrevista por telefone

Saullo Farias - *Produtor Cultural*

Grãos de Luz e Griô - Rede Ação Griô Nacional

Coordenador Cinegrãos

(75)3334-1040, 91716976, 99502269

www.graosdeluzegrio.org.br, www.acaogrio.org.br

... vamos meu povo assinar a lei griô...

A entrevista com Saullo durou mais ou menos uma hora. Ele falou que a tradição está mais viva do que nunca e que as novas tecnologias da informação só ajudam o movimento. Os Velhos Griôs não tem muito contato com as ferramentas, mas têm consciência de que é muito importante. Falou também como a Rede de Griôs se formou, o que está exposto no artigo.

Robson Sampaio

Articulador da Ação Cultura Digital

e-mail: reductio.ad.ethos@gmail.com

(19) 9271 6317

A entrevista com Robson foi muito importante para perceber que a rede no ciberespaço ainda está em formação. Ele passou alguns endereços eletrônicos para que eu pudesse assistir as reuniões da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura sobre os encaminhamentos para o ano de 2011 como: onde seria a próxima Teia, como eles podem resolver problemas de prestações de contas com alguns Pontos de Cultura, quais os próximos encontros no ciberespaço que terá como pauta organizar ainda mais o movimento dos Pontos de Cultura em nível nacional.

Verônica Negrini – Assessora de Políticas culturais e articulação de rede do Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis

1. O que o seu Ponto de Cultura faz, quem são os sujeitos dessa história?

O Pontão de Cultura de Convivência e Paz é um pólo formulador e irradiador de promoção

do intercâmbio e difusão de políticas de criação, compartilhamento de conhecimentos e práticas que visam à convivência intercultural brasileira em suas diversas linguagens e formas, no âmbito local e nacional. Por meio da: compreensão do outro e de si mesmo; ouvir para compreender; o acolhimento do diverso e do singular para desconstruir a discriminação; praticar a não violência; contribuir para o desenvolvimento eco político da localidade; defender o direito à cidadania cultural; redescobrir a solidariedade; empoderamento e protagonismo social; criar e compartilhar sentimentos, ações e conhecimentos a partir de três horizontes: acolhimento, interculturalidade e autonomia;

Objetivos Específicos:

- Promover Tecnologias Socioculturais de Convivência e de Cultura de Paz para a difusão de valores para os Pontos de Cultura;
- Estimular ações de ocupação cultural dos espaços públicos para formulação de propostas de políticas públicas de Convivência e Paz;
- Realizar ações simbólicas, de resignificação da linguagem e produção de conhecimento e de poéticas da cultura de paz (distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura);
- Organizar atividades que potencializam a troca de experiências e articulação de Convivência e Paz entre os Pontos de Cultura.

Os sujeitos desta história são ponteir@s de todos o país, assim como outras redes que trabalham com cultura e cultura de paz.

2. Como é a forma de viver de vocês?

Somos cinco pessoas fixas na equipe do Pontão, e trabalhamos com a gestão compartilhada na equipe.

3. Como Pontão vocês tem a função de fortalecer a Rede de Pontos de Cultura. Como isso acontece?

A imagem do Pólis foi alterada com o Pontão, considero que sim, pois entramos em contato com vários outros coletivos e grupos culturais e passamos a trabalhar fortemente com eles, indo até eles e os trazendo até o Pólis. A imagem da Cultura de Paz também foi

muito importante na nova imagem do Pontão e para os pontos, tanto que a cultura de paz passou a ser um dos conceitos de pontos de cultura e a definição entrou no site da SCC/MINC.

4. O que significa a internet para você? Essa ferramenta é utilizada pela comunidade?
Internet é o nosso meio de comunicação mais rápido de dialogar com o outro. Utilizamos ela para articular e mobilizar a maioria dos Pontos que temos contato. O pontão utiliza a internet cotidianamente é o principal meio de articulação e difusão das nossas atividades.

5. Como se comunicavam antes?
Sempre nos comunicamos pela internet, boletins eletrônicos, telefonemas, cartas... não vejo uma grande diferença nos meios que utilizávamos, mas sim na forma de fazer a comunicação.

6. Hoje a organização, a rede de Pontos de Cultura é superior à Política Pública?
Digamos que sim, já que este programa não é uma política pública de estado, e sim deste governo, nesse sentido considero o movimento cultural que ainda esta se organizando como superior a este programa, pois sem ela o programa não existiria. Agora a grande luta dos Pontos é para que isso se torne uma política pública, dai não seremos superiores, estaremos juntos lado a lado neste processo.

7. Quem compartilha informação com o seu Ponto de Cultura?
Redes dos pontos de cultura, coletivos e grupos culturais, redes de paz, governo, movimentos sociais, entre outros.

8. A atual política cultural do MINC ajudou a construir a rede?
Sim, digamos que ela possibilitou que a rede se formasse, deu o primeiro "empurrão".

9. O ciberespaço ocupado pelo Ponto de Cultura potencializa essa cultura?
Sim, pois além de divulgar as nossas ações, o Pontão compartilha referencias teóricos, textos... e assim é com vários Pontos todos compartilhamos atividades, debatemos temas contemporâneos e participamos de fóruns temáticos e regionais virtualmente, fortalecendo a rede.

10. As culturas tradicionais tendem a acabar por causa dessa nova comunicação?
Nunca, as culturas tradicionais estão se apropriando destas novas tecnologias e com ela estão divulgando, preservando, criando novas formas de manifestarem-se, assim as culturas tradicionais tendem cada vez mais a se fortalecer e não morrer.

11. Como Ponto de Cultura, vocês ganharam um kit multimídia?

Somos um Pontão de Cultura, necessariamente o Pontão não ganhou um kit multimídia, pois o nosso edital é diferente do de Pontos de Cultura, porém precisamos ter um kit multimídia para potencializar nossa ação.

12. O fazem com esse kit?

O nosso kit se deu principalmente com a aquisição de computadores, filmadora e máquina fotográfica. Utilizamos principalmente para articular, difundir e registrar as ações do Pontão.

13. As capacitações para o uso do Kit são realizadas pelo MINC ou por um Pontão?

Na maioria das vezes por Pontões, porém através de uma bolsa CNPQ/CAPES o MinC contratou dois agentes no estado que auxiliaram vários Pontos, assim como os Tuxauas de cultura digital que contribuem com as capacitações.

14. Como os Pontos de Cultura se comunicavam antes de receber o Kit?

Ponto de Cultura só se dá em rede, digamos que antes do kit os Pontos não se comunicavam enquanto rede. Agora cada Instituição tinha seu modo de se comunicar.

15. Quantos Pontos de Cultura e Pontões estão ligados diretamente a este Ponto existem em todo Brasil?

Articulamos Pontos em todo a país, e por fazermos parte da mobilização das Teias estadual e nacional, e sermos da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura, e já termos sido da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a maioria dos Pontos nos conhece. Não sei dizer diretamente com quantos pontos estamos ligados, somos muitos.

16. Quais os pontos positivos e negativos dessa nova tecnologia para os Pontos de Cultura?

Os pontos positivos são a difusão de conteúdos, articulação, divulgação das atividades, reuniões com streaming para todos participarem, fóruns virtuais que possibilitam o diálogo permanente de Pontos de diversas regiões. Acho que o papel mais importante é o de comunicar, e com isso fortalecemos o movimento.

Não vejo Pontos negativos na internet.